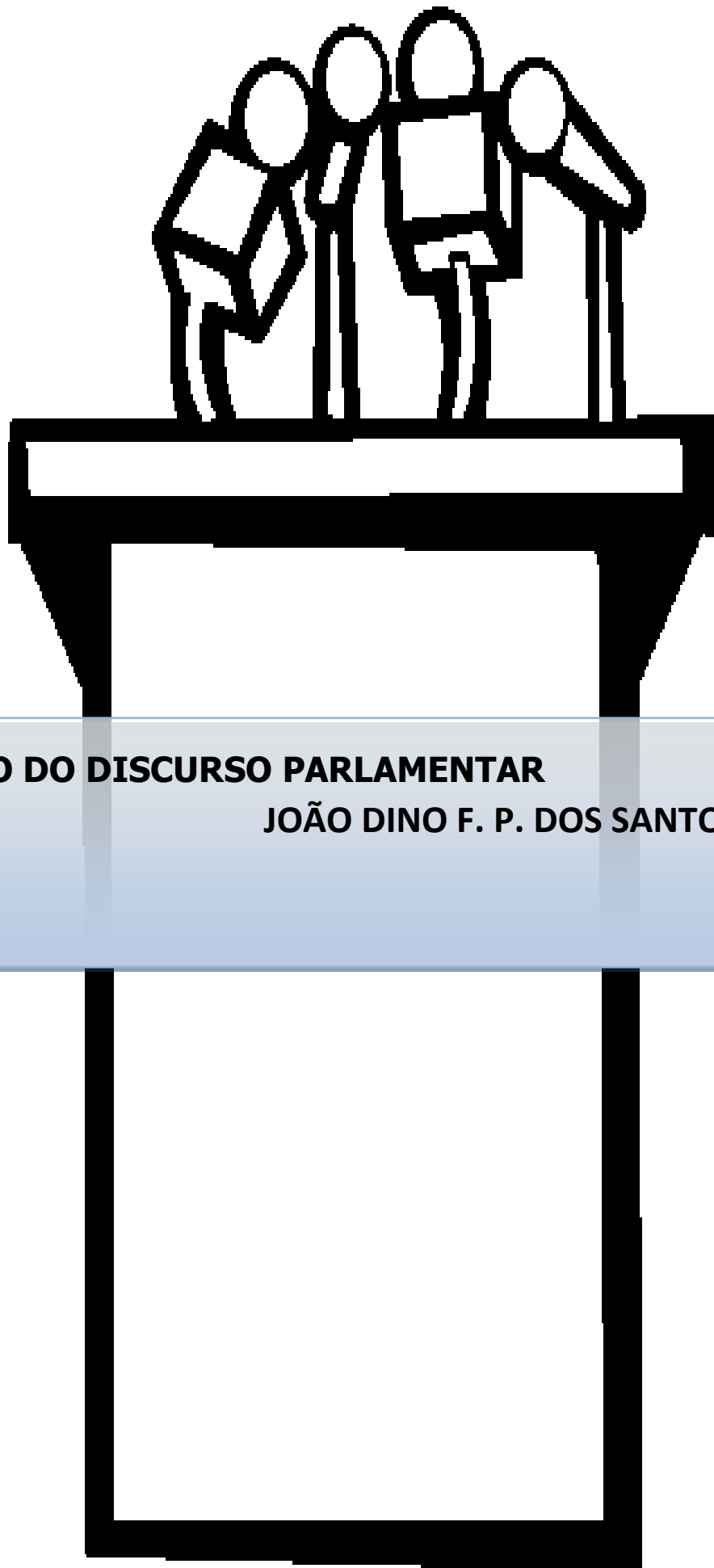


ISSN 2446-5585

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

ano 2 – n. 10

outubro 2016

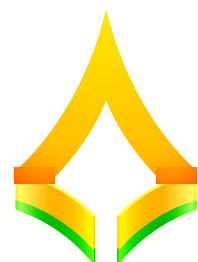


**TEXTOS PARA
DISCUSSÃO
ASSESSORIA
LEGISLATIVA**

O FEITIO DO DISCURSO PARLAMENTAR

JOÃO DINO F. P. DOS SANTOS

nº **10**



**CÂMARA
LEGISLATIVA**
DISTRITO FEDERAL

**CÂMARA LEGISLATIVA DO
DISTRITO FEDERAL**

MESA DIRETORA

DEPUTADA CELINA LEÃO
PRESIDENTE

DEPUTADA LILIANE RORIZ
VICE-PRESIDENTE

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO
PRIMEIRO-SECRETÁRIO

DEPUTADO JÚLIO CÉSAR
SEGUNDO-SECRETÁRIO

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE
TERCEIRO-SECRETÁRIO

*Citações conforme original.

Textos para Discussão é uma série de artigos elaborada por Consultores Legislativos da CLDF, em atendimento ao que determina o art. 2º, II da Resolução nº 89 de 1994. Compete à Assessoria Legislativa elaborar pesquisas e estudos técnicos sobre temas legislativos considerados relevantes para a Câmara Legislativa, além de promover, por iniciativa própria e no seu âmbito de competência, estudos e sugestões à Mesa Diretora sobre temas de interesse da Casa.

URL:
<http://biblioteca.cl.df.gov.br/dspace/handle/123456789/1807>

ISSN 2446-5585

O conteúdo deste trabalho é de responsabilidade do autor e não representa posicionamento oficial da Câmara Legislativa do DF.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Como citar este texto:

SANTOS, João Dino F. P. dos. O feitio do discurso parlamentar. Assessoria Legislativa/Câmara Legislativa do DF, jan./mar 2016 (*Textos para Discussão* nº 10). Disponível em: -
<http://biblioteca.cl.df.gov.br/dspace/handle/123456789/1807>. Acesso em (data).

Revisão*:

José Afonso de Sousa Camboim – Sedit/CLDF
Anamaria Pinheiro – Sedit/CLDF.

O FEITIO DO DISCURSO PARLAMENTAR

RESUMO

Este artigo é baseado na primeira parte do livro *Discursos Parlamentares: Estratégias para Concursos*, do mesmo autor. Tem por objetivo estabelecer um canal de interlocução com assessores e consultores legislativos – e outros profissionais – que venham a ser instados a elaborar discursos para a leitura em solenidades ou para debates nos parlamentos.

Nesse sentido, apresenta, inicialmente, uma reflexão tanto sobre o uso e a escolha da palavra no contexto da sociedade da comunicação em tempo real, quanto sobre a importância do discurso como fonte de pesquisa histórica. O parlamentar, ao ocupar a tribuna, não só defende pontos de vista, contra-argumenta e fundamenta opiniões, mas também escreve a história de determinado tempo e sociedade.

Mais adiante, sem pretender mergulhar na teoria da análise do discurso ou da retórica, mostra um conjunto de estratégias que podem facilitar a elaboração de discursos. Trata, assim, das características do exórdio, do desenvolvimento e da peroração, ensinando o leitor a como inserir num texto argumentativo figuras de linguagem e outros atributos próprios do discurso parlamentar.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso parlamentar, figuras de linguagem, exórdio, peroração.

SUMÁRIO

I – Introdução.....	1
II – O feitiço do Discurso Parlamentar.....	2
III – Elementos do Discurso Parlamentar	4
IV – Movimentos do Discurso Parlamentar	9
V – A construção de exórdios	18
VI – Desenvolvimento e figuras de retórica	20
VII – Conclusão	24
VIII – Referências bibliográficas	25

I – INTRODUÇÃO

Há pessoas que parecem escrever com um passe de mágica. Encontram as palavras certas, na medida certa e, como se não bastasse, conseguem encaixá-las com outras, num ritmo harmônico e melodioso.

Um texto elaborado assim, que se ouve mais com a alma que com a razão, leva a audiência ao clímax, ao êxtase, sobretudo se lido com a devida impositação de voz, entremeado pelas pausas, às vezes, breves, às vezes, levemente mais longas.

Mas pensar no discurso como obra de arte é para poucos, bem dotados, mentes brilhantes que não existem a centenas.

Por isso mesmo, este artigo é destinado a um outro tipo de leitor, que, como consultor ou assessor, recebe, por vezes, a incumbência de elaborar o discurso de um parlamentar para uma solenidade ou um debate.

Daí porque se faça, inicialmente, uma reflexão sobre a importância da escolha da palavra e do discurso no contexto da sociedade da comunicação em tempo real.

Ressalta-se, assim, que o parlamentar deve estar atento ao usar a tribuna, porque, ao fazer um discurso, não só externa suas opiniões, mas também escreve a história da sociedade de seu tempo.

Num segundo momento, o leitor terá a oportunidade de compreender como se constrói cada parte do discurso parlamentar, além de poder contar com exemplos de construção de exórdios, desenvolvimentos e perorações.

Como este trabalho pretende ser mais prático que teórico, o leitor terá em mãos os elementos necessários para se lançar à elaboração de discursos.

Se dessa prática surgirá alguma dessas pessoas que escrevem com a alma e com o coração, isso é mais um desejo do autor que pretensão.

II – O FEITIO DO DISCURSO PARLAMENTAR

Na sociedade da internet e da comunicação em tempo real, o uso e a escolha da palavra são de fundamental importância para que as mensagens e os discursos cheguem ao receptor com o significado pretendido pelo emissor.

Não importa o meio de comunicação - whatsapp, telegram, instagram, facebook, rádio ou tv - a palavra, a mensagem e o discurso assumiram um papel de forte significado. Identificam e traçam o perfil do usuário, crenças, posições e convicções de quem as utiliza.

Na internet, os pensamentos tornam-se públicos num piscar de olhos. Se o internauta escolhe mal as palavras ou a estrutura da frase, trunca o parágrafo ou o discurso, em instantes, recebe críticas, muitas vezes fortes ou ofensivas.

Lidar com a palavra e o discurso no contexto pós-moderno é lidar com a própria imagem, expor o eu de uma forma que só é possível pelo alcance e penetração do mundo virtual e das redes sociais.

O cuidado na escolha do que se fala e se diz nas redes sociais pode firmar a imagem positiva de personagens famosos ou de pessoas comuns; pode também colocar em risco reputações e histórias de vida.

O mundo virtual reavivou a palavra e o discurso oral e escrito, porque tanto um quanto o outro ficam registrados nas páginas, nos grupos e nos *blogs*. Retratam um modo de ver a sociedade, de interagir com o próximo.

Se o cuidado na escolha das palavras, das frases e dos discursos é relevante no dia a dia do cidadão comum, que dirá quando um parlamentar assoma à tribuna para defender ou criticar uma proposta ou projeto.

Escorregar na tribuna pode macular a imagem de políticos, colocar-lhes a pecha de mal informados, fanfarrões ou incompetentes. Decerto, nada pior para a carreira de um representante do povo que não saber se comunicar e traduzir, com propriedade e ênfase, as ideias de quem representa.

Engana-se, portanto, quem pensa estar morta a oratória nos parlamentos modernos. Engana-se quem pensa apenas na força dos argumentos técnicos ou dos números no contexto do século XXI.

Malgrado a força da tecnologia e da mídia, é a palavra e o discurso que traduzem o modo de pensar de cada um. Traduzem, também, o posicionamento das correntes ideológicas e partidárias sobre a agenda nacional de cada momento histórico.

Por isso, os discursos são fontes inestimáveis da história de um povo. Não é por acaso que Carla Bassanezi e Tania Regina de Luca ensinam em *O Historiador e suas Fontes*, à página 234:

“Os discursos e pronunciamentos passam, nas palavras de Le Goff e Foucault, de documento a monumento, ou seja, deixam de ser vistos como algo que traz em si mesmo o passado, como aquilo através do qual se interroga como foi o passado, para ser interrogado quanto a sua própria produção. Ao tomarmos um discurso ou pronunciamento como fonte para nosso trabalho não devemos perguntar apenas o que ele diz sobre o passado, que informações ele nos traz, mas devemos nos perguntar como esse discurso foi produzido, em que época, por quem, em que circunstâncias políticas, econômicas, sociais. Aprendemos com Foucault que todo discurso segue regras cultural e historicamente estabelecidas, obedece a modelos, está implicado em dadas relações sociais e de poder que o incitam a dizer algumas coisas e o proíbem ou o limitam de dizer outras. Todo discurso tem uma relação de coexistência com outros discursos com os quais partilha enunciados, conceitos, objetivos, estratégias, formando séries que devem ser analisadas. Como Michel de Certeau chama atenção, todo discurso ou pronunciamento é emitido de um

dado lugar, que deve ser interrogado pelo historiador: um lugar temporal, espacial, institucional; um lugar de fala ou de autoria, um lugar social.”

Considerados esses aspectos, os parlamentares precisam estar conscientes de que, ao assomarem às tribunas, do Plenário ou das Comissões, de eventos ou formaturas, estão escrevendo não só a própria história, mas a historiografia da sociedade que representam.

Num momento de extrema polarização ideológica e partidária no contexto nacional e local, é de bom alvitre lembrar que o Parlamento, por excelência, é local de divergências e discussões, confrontos e debates. Não há uma verdade absoluta, sobretudo num espaço em que, pela própria natureza, as propostas se opõem ou se complementam.

A esse respeito, vale trazer aqui uma citação do saudoso Governador e Senador Mário Covas:

“(...) E, para que me credencie a defender a minha verdade, começo por manifestar a humildade de saber que existem outras verdades e que elas são tão sustentáveis quanto as minhas e que a única razão pela qual um homem, um democrata, passa a ter o direito de defender a sua verdade é exatamente o respeito que ele manifesta pela alheia.”

III – ELEMENTOS DO DISCURSO PARLAMENTAR

É verdade que uma apresentação bem feita e repleta de gráficos tem força e propriedade no convencimento da plateia. Mas ofereça a possibilidade de explicá-la a um bom articulista e os argumentos tornam-se imbatíveis. Ofereçam a oportunidade de explaná-la a um orador medíocre e os números, gráficos e tabelas transformam-se num amontoado de dados, números frios e enfadonhos.

Exatamente por isso, no Plenário ou nas Comissões do Congresso Nacional e nas demais casas legislativas no Brasil e no mundo, é o poder das palavras, a arte de fazê-las tocar ao coração, que, em última instância, convence ou dissuade, faz acolher ou rejeitar a proposição.

Neste breve ensaio, de ordem mais prática que acadêmica, nosso intuito é estimular parlamentares, assessores e consultores a conhecer e exercitar um pouco do que muitos consideram a arte de elaborar discursos.

É, em grande medida, um trabalho centrado na experiência própria de quem já escreveu dezenas de discursos não só como consultor legislativo da Câmara Legislativa do Distrito Federal, mas também como assessor especial dos Senadores Marconi Perillo e Ciro Miranda ao longo de oito anos.

Não há acanhamento em se dizer que o intuito é muito mais oferecer pistas, estratégias e caminhos para quem – por vezes de afogadilho e supetão – é instado a produzir um discurso para ser lido na Tribuna do Congresso Nacional, nas Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores.

Nosso foco é de ordem prática e, quando falamos dos aspectos teóricos, o intuito está em trazer suporte aos exemplos que coletamos nos manuais ou na vivência de quase duas décadas elaborando discursos parlamentares. Não há, assim, o objetivo de seguir pelo caminho da análise do discurso ou de recuperar a história da retórica.

O desejo é abrir um canal de diálogo com todos os profissionais das diversas áreas, que, em algum momento do trabalho cotidiano, precisem escrever discursos, quer seja na realização de homenagens, quer seja no debate de temas relevantes das agendas tanto local e regional, quanto nacional e internacional.

Em grande medida, compartilha-se com o leitor a experiência na preparação de candidatos a consultores legislativos, que, embora tivessem conhecimento a respeito dos temas solicitados pelas bancas, encontravam

dificuldades na confecção de exórdios e perorações, bem como na inserção de figuras de retórica no corpo do discurso.

Nada é pior de se ouvir que um discurso técnico e preciso, mas pobre de musicalidade e estilo. O discurso é para ser lido e, como tal, ou cativa a atenção da audiência e a prende, ou estará fadado ao fracasso.

Poucos são os parlamentares que não acabam tropeçando quando falam de improviso. Se o tropeço for numa cerimônia, então, passam a imagem do descaso, porque deixam transparecer que não reservaram um tempo para preparar o discurso, ou não solicitaram, ao menos, alguns tópicos relevantes aos assessores.

Este artigo oferece, portanto, a oportunidade de se manusearem os instrumentos básicos da retórica, fundamentais para conferir ao texto argumentativo o recorte do discurso.

Longe de querer formar tribunos, mas consciente das dificuldades em se lidar com a modalidade discurso parlamentar, o desejo maior é facilitar o domínio dos elementos básicos da oratória, essenciais a quem deseja produzir um texto não só coerente e coeso, mas também emotivo e persuasivo.

Quando um parlamentar pede a palavra é por que tem algo relevante a dizer: um elogio, uma homenagem, um protesto, um comunicado, uma defesa de ponto de vista. A tribuna é, por assim dizer, uma local de respeito, onde o parlamentar se coloca para ser ouvido com mais atenção pelos pares nas cadeiras do plenário.

Tanto é que ninguém retira a palavra do parlamentar na tribuna – embora haja o alerta sobre o tempo regulamentar – e este tem o direito de conceder, ou não, apartes.

Boa parte das pessoas costuma associar a capacidade de produzir discursos a certo pendor para o domínio da oratória. Isso, sem dúvida, tem procedência,

porque cada ser humano nasce com uma inclinação maior para essa ou aquela atividade.

Descartes nasceu numa família voltada para o comércio, mas encontrou a realização pelo contato com diversas culturas e com a leitura dos livros. Não obteve respostas definitivas, mas criou a dúvida como instrumento essencial para a busca do conhecimento.

É desse pensador francês a máxima: Duvido, logo penso! Penso, logo existo!

Não seria demais afirmar que o principal instrumento que o ser humano tem para apresentar suas dúvidas é fazer perguntas. Por isso, antes de começar a fazer um discurso ou colher citações e outros elementos de retórica, é bom parar e refletir sobre que perguntas hipotéticas ou reais serão respondidas no discurso:

Há um posicionamento em relação a determinada matéria?

De que argumentos o orador dispõe para sustentar o posicionamento?

Há algum ponto de outro discurso a ser refutado ou retomado?

Há conceitos a serem discutidos?

Há exemplos a serem seguidos?

Há especialistas a serem citados?

Há alguma medida a ser proposta?

A experiência demonstra que a pior atitude para quem recebe a incumbência de escrever um discurso é sair escrevendo sem planejamento, ou – pior – sem conversar sobre a tarefa com o demandante.

A maioria dos assessores e consultores que elabora discursos o faz para ser lido por um parlamentar. Se não houver sintonia entre este e o “*ghost writer*”, com os ajustes necessários, a quebra de confiança será inevitável.

O parlamentar ter alguém que elabore seus discursos não significa qualquer tipo de incapacidade, mas, antes de tudo, zelo no exercício do mandato, sobretudo quando deseja se manifestar sobre questões complexas ou em solenidades.

Embora seja difícil negar que a construção de discursos requer percepção mais próxima da literatura, entendemos plenamente factível ensinar as pessoas a desenvolverem a capacidade de elaborá-los com relativa propriedade.

No II Seminário Internacional de Assessoramento Institucional no Poder Legislativo, realizado pela Associação dos Consultores Legislativos e de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados – Aslegis, tivemos a oportunidade de apresentar este trabalho. Demonstramos que o exórdio, a peroração, a metáfora, a anáfora, o anticlímax, a antítese e outros recursos estilísticos não são “bicho de sete cabeças”.

Assim, oferecemos algumas pistas para dar ao texto argumentativo a roupagem necessária a transformá-lo numa peça de oratória. A esse respeito, deve-se compreender que o discurso é feito para ser lido com a devida impositação de voz, ritmo e vivacidade. É um texto oral e não dá ao receptor a possibilidade de parar para refletir, como se pode fazer com o texto escrito.

Dáí porque a importância de se perceber como toca os ouvidos o texto lido. Depois de pronto, procure ler o discurso e verificar o ritmo e a leveza das construções frasais.

O discurso não perde qualquer dos atributos da dissertação. Além da argumentação, precisa da oratória para ganhar agilidade em convencer a audiência ou angariar o apoio para determinada decisão.

Mas quem ouve ouve mais com o coração e nem sempre consegue compreender cálculos ou raciocínios complexos. Coloque-se, portanto, no lugar da audiência e perceba que atitude você toma diante do político enfadonho e chato. Assista à TV e ouça a Rádio dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, para perceber quem lhe convence melhor e por que isso ocorre.

Crie o excelente hábito de ouvir os argumentos contrários à posição defendida por você ou por seu parlamentar. Refute os argumentos no plano racional, explorando dados, apontando contradições. Embora o discurso deva emocionar, não convence, nem demove, apenas por esse atributo.

IV – MOVIMENTOS DO DISCURSO PARLAMENTAR

Exórdio

Há três movimentos importantes, quando pensamos na audiência, sobretudo na construção dos exórdios, a introdução dos discursos, a saber:

- 1) o chamamento inicial, que tem a finalidade de conquistar a audiência com um recurso de oratória forte o suficiente para ganhar atenção. Pode ser uma reflexão, uma passagem literária, um provérbio, uma referência a determinado pensador, ou algo que o valha, o silêncio por exemplo;
- 2) no exórdio, o orador precisa apresentar a tese a ser defendida;
- 3) apontar para os argumentos centrais a serem desenvolvidos ao longo do texto.

Esses três movimentos podem ser feitos em parágrafos distintos, nos discursos de grande expediente – mais longos, ou em parágrafo único, nos discursos de pequeno expediente – mais curtos.

Para Mattoso Câmara, referindo-se a Aristóteles, é preciso ter em mente duas características na argumentação, a saber:

1) *ethos*, ou seja, o caráter que o orador deve parecer ter, mostrando-se “sensato, sincero e simpático”, e, igualmente, o caráter do auditório, ao qual o orador deve adaptar-se; 2) *pathos*, ou seja, “a ação do orador sobre as paixões, os desejos e as emoções do auditório, para facilitar a persuasão”. Daí vem a palavra “patético”.

Por isso, esse saudoso mestre da Linguística ensina que há três momentos no exórdio: “primeiro, tomamos posse do ambiente, depois, focalizamos claramente para nós e para os ouvintes o nosso objetivo, para, então, fixarmos nesse objetivo o auditório e fazê-lo comungar com os pensamentos que vamos desenvolver”.

Por outras palavras, chamamos a audiência, apresentamos a tese e os argumentos, com o intuito de buscar a sintonia e a simpatia para o conjunto da proposta apresentada.

Para isso, é válido criar estruturas típicas do exórdio, com referência a passagens literárias, provérbios, citações e ditos populares. Esse recurso é fundamental para as situações de emergência, quando há uma solicitação repentina.

É claro que não nos parece recomendável repetir os chamamentos, mas precisamos compreender que o estudo de bons exemplos e o ensaio cotidiano de construção consolidam a habilidade de escrever com segurança e destreza, sem perder o foco, a coerência dos argumentos e a coesão no uso do idioma.

Mas, se na emergência, faltar um chamamento adequado, podemos ir direto à tese e aos argumentos, até porque não podemos selecionar qualquer passagem para colocá-la como chamamento. É preciso haver coerência entre esta, a tese e os argumentos, mesmo quando se utiliza a antítese como recurso.

Sem dúvida o exórdio revela-se como a parte mais difícil de ser confeccionada, porque o conjunto do discurso gravita em torno da reflexão

apresentada, da tese e dos argumentos. Se não há coerência entre esses três elementos, o discurso está fadado à rejeição e ao fracasso.

O discurso eficaz é o que, se não conseguir convencer os opositores, pelo menos os colocará em dúvida e lhes ganhará a simpatia e a benevolência, além de consolidar o apoio da própria base do parlamentar e do conjunto da audiência.

Desenvolvimento

A respeito do desenvolvimento do discurso, é preciso entender que o foco central será o processo de expansão dos argumentos apresentados no exórdio, por meio de novas relações, entre outras, de causa, efeito, finalidade, consequência, exemplificação, expressas por conjunções e elementos de ligação.

Essas relações lógicas da subordinação e da coordenação podem ser revistas, em particular, na 3ª parte do nosso livro *Provas Discursivas: Estratégias*. Para os que desejam aprofundamento, *Comunicação em Prosa Moderna*, de Othon Moacyr Garcia, é de valor inestimável.

É válido ressaltar algumas estratégias ensinadas pelos manuais de retórica para o planejamento do discurso, quais sejam:

- a) desdobramento cronológico – exemplo: a mulher na sociedade de ontem e de hoje;
- b) agrupamento pela associação lógica – exemplos: razões e benefícios da privatização dos aeroportos; deficiências e inviabilidade do projeto do trem bala; viabilidade e vantagens da Ferrovia Leste-Oeste;
- c) fixação de ponto de maior interesse, do qual se desce gradativamente – exemplos: globalização, Alca e Mercosul; a crise na União Europeia, na América do Norte e as consequências para a América do Sul; a violência como fenômeno nacional, nas metrópoles, nas médias e pequenas cidades, bem como no campo;

d) disposição da matéria em forma de problema proposto ao auditório, com as respectivas sugestões – exemplos: como combater a violência?; o papel da família, da sociedade e do Estado; como melhorar a qualidade de ensino no Brasil?; aumento do percentual do PIB investido em educação; programa de aperfeiçoamento do corpo docente; melhoria da infraestrutura das escolas.

Em relação à confecção de cada parágrafo dos discursos, sempre é válido buscar as lições de Francisco C. Souza e Rubens Pantano Filho, em *Vestibular da Unicamp, Provas Resolvidas*, que procuramos expandir no livro *Provas Discursivas: Estratégias*.

Othon Moacyr Garcia dá importantes contribuições a esse respeito em *Comunicação em Prosa Moderna*, bem como Sérgio Waldeck de Carvalho, em *Leitura e Produção de Textos*. Mais adiante, veremos também como inserir as figuras de linguagem em cada parágrafo, estratégia fundamental que diferencia o discurso da dissertação tradicional.

No desenvolvimento, cabe ainda levar em consideração outras estratégias de argumentação, de acordo com Francisco Souza e Rubens Pantano.

1. Concordar com um ponto de vista, explicando o porquê, ou a possível consequência, ou a causa.

A redução da idade penal deve ser adotada no Brasil, porque é uma forma de coibir a delinquência juvenil e reduzir o crescente número de crimes cometidos por adolescente. Se nada for feito, estes continuarão a matar sem piedade, porque não são alcançados pela lei como os adultos. Não importa a gravidade do crime; depois de, no máximo, três anos internados, de acordo com a legislação em vigor, estarão soltos para praticar novos crimes.

2. Discordar de um ponto de vista justificando ou apresentando argumento contrário.

a) A redução da idade penal não deve ser adotada no Brasil, porque o sistema de encarceramento tem-se mostrado ineficaz na recuperação do detento e na reintegração deste à sociedade. Inserir os delinquentes no atual sistema prisional seria apenas introduzi-los na escola do crime em que se transformaram as penitenciárias brasileiras. Se agir dessa forma, o Estado apenas confirmará a incapacidade de acudir milhares de jovens que, na maioria das vezes, acabam por delinquir em razão da falta de oportunidades para o pleno desenvolvimento intelectual.

b) O mundo não conseguiu atingir o ideal da paz duradoura. No entanto, a ONU, os organismos internacionais e todas as nações devem continuar a lutar por esse objetivo, como forma de evitar outra guerra mundial e, ao menos, garantir a paz relativa no mundo. Esse esforço deve ser feito, também, para dirimir os conflitos regionais nos diversos continentes, que ceifam inúmeras vidas a cada ano.

c) A proposição em exame revela flagrantes vícios de inconstitucionalidade, de natureza tanto formal quanto material. De um lado, não poderia o nobre parlamentar oferecer à apreciação da Casa projeto aumentando o salário dos servidores da Câmara Legislativa, porque esta matéria é de iniciativa da Mesa Diretora. Ademais, de acordo com o ordenamento jurídico em vigor, ainda que fosse vencido o vício de iniciativa, a natureza da proposição, Projeto de Resolução, é inadequada ao escopo, porquanto deveria ser um Projeto de Lei.

3. Apresentar exemplo e discuti-lo demonstrando finalidade ou consequência.

a) O conceito de saúde defendido pela OMS é um bom exemplo de que não adianta gastar horas em academias malhando o corpo, se a mente não anda bem. Para estar saudável, o indivíduo precisa preocupar-se com a forma física e com a alimentação, mas é necessário, também, ampliar as relações interpessoais, cultivar uma atitude positiva em relação à vida.

b) O acidente com a plataforma *Deep Water Horizon* demonstrou que a tecnologia disponível hoje ainda não está preparada para lidar com um acidente em profundidade tão grande, como a em que a BP retirava petróleo no Golfo do México. Isso deve servir de exemplo para os técnicos da nova Petrosal, que pretende explorar a camada do Pré-Sal, bem mais profunda e com rochas cujo comportamento ainda é pouco conhecido.

c) A proposta de aumento do IOF para as compras realizadas com cartão de crédito no exterior é um claro exemplo de que o governo está em busca de novas fontes de receitas para custear o Estado, pesado e faminto. No lugar de promover a melhoria dos gastos públicos e acabar com o aparelhamento político por meio da redução de comissionados, a Presidente da República mostra-se propensa a fazer cortes no orçamento e a criar novas fontes de receita. Nesse sentido, deve vir por aí a CPMF travestida de CSS ou outro nome que o valha.

4. Apresentar dados (estatísticos ou não) e comentá-los, tirando conclusões.

a) Quando se verifica o número de crimes em Brasília, é fácil concluir que a cidade tem-se tornando cada vez mais violenta em razão do crescimento desordenado e de inúmeros bolsões de pobreza no Distrito Federal e no entorno. Hoje em dia, sair às ruas da Capital da Esperança, sobretudo à noite, pode significar risco de ser assaltado, sequestrado ou assassinado.

b) As pesquisas apresentadas recentemente pelo Ministério da Saúde demonstram que boa parte dos brasileiros continua a não usar preservativos nas relações sexuais. Esse descuido coloca em xeque o resultado nas inúmeras campanhas publicitárias sobre o assunto e abre espaço para o aumento da contaminação pelo vírus HIV e para a transmissão de outras DSTs.

c) A redução do crescimento da indústria no último semestre de 2010 pode ser um mau sinal, o de que o Brasil se encontra diante da ameaça da síndrome holandesa: a desindustrialização. Já passamos da hora de reduzir a carga

tributária brasileira, para diminuir o custo Brasil e tornar os nossos produtos mais competitivos. Além de enfrentar a baixa do dólar, os empresários precisam superar toda sorte de burocracia, taxas e imposto, que juntos chegam a 40%, uma das maiores cargas do planeta.

5. Apresentar um relato e lançar hipóteses para comentá-lo.

Diversas pessoas obesas não conseguem vencer a balança mesmo quando submetidas a dietas restritivas. Isso demonstra que o aumento de peso, além de estar associado a fatores genéticos, depende do metabolismo de cada um, do quanto se gasta em termos de calorias por dia. Os homens levam vantagem na perda de peso, porque têm metabolismo basal mais alto que as mulheres.

6. Comentar um depoimento e lançar hipótese para explicá-lo ou refutá-lo.

a) O pensamento de Cícero demonstra que sempre valerá a pena viver se houver felicidade. Isso não depende da idade de cada um, mas da atitude em relação à própria vida. Inúmeros idosos conservam a alegria de viver até o último momento, enquanto alguns jovens se desesperam e perdem a alegria no submundo das drogas.

b) O relato do adolescente de 17 anos, apreendido após prestar um depoimento que mudou os rumos da investigação sobre o assassinato de Eliza Samúdio, ex-amante do goleiro Bruno do Flamengo, se confirmado, demonstra a que ponto pode chegar a crueldade e a torpeza humana. Nada poderá justificar a forma brutal como provavelmente a jovem foi morta.

7. Referir-se a exemplos e compará-los com outros.

a) O acidente com o Airbus da TAM em Congonhas foi semelhante a outro ocorrido no aeroporto de Taipei, em Taiwan. Neste não houve perdas de vidas, porque a aeronave parou na área de escape, mas naquele o avião da TAM se

choca contra edifícios do lado de fora do aeroporto e mata 199 pessoas, num dos piores desastres aéreos já registrados no Brasil.

b) A ofensiva terrestre da Otan contra a Iugoslávia não teria sido tão fácil quanto à da Guerra do Golfo contra o Iraque. Ao contrário do Deserto, que não oferece abrigos naturais ou esconderijos ao inimigo, os Bálcãs são montanhosos e favoreceriam à guerrilha e às emboscadas. Assim, no caso iugoslavo, a ofensiva poderia ter significado inúmeras baixas às forças aliadas.

8. Apresentar as condições para que determinado ponto de vista seja verdadeiro ou determinada ação ocorra.

a) Se o desejo do Governo for acabar com a miséria que atinge milhares de brasileiros, será preciso investimento maciço na área social. A curto prazo, isso significa, criar frentes de trabalho urbanas e programas de cestas básicas, que garantam a sobrevivência com dignidade mínima. A médio e longo prazo, será preciso oferecer bolsas de estudo e auxílio para que as famílias mantenham os filhos na escola e vislumbrem a perspectiva de relativa ascensão social.

b) Para alcançar a condição de país desenvolvido, o Brasil, a exemplo de outras nações, como a Irlanda e a Espanha, precisará fazer uma verdadeira revolução na área educacional e tratá-la como uma questão de Estado. A qualidade do ensino é baixa e sem qualquer condição de preparar os jovens para o competitivo mercado de trabalho na sociedade do conhecimento.

Peroração

É possível, também, pensar em algumas alternativas para construir a peroração, que funciona como a conclusão do discurso, para onde convergem os argumentos apresentados:

a) sumário rápido e conciso dos pontos principais levantados;

b) apelo a que se tome determinada atitude, como aprovar ou rejeitar determinada matéria;

c) combinação das duas estratégias.

De forma semelhante ao que ocorre no exórdio, a peroração pode desaguar numa reflexão ou passagem literária, que reforça e retoma o início do discurso e consolida a proposta do orador. O desejo é fechar um círculo e plantar um conjunto forte de argumentos na mente da audiência e dos interlocutores.

A respeito da peroração, cabe observar que, no mundo contemporâneo, não basta ao orador se concentrar em críticas, porque o público exige propostas e estratégias para colocá-las em prática. Há um processo dialético estabelecido com a audiência e os interlocutores no Parlamento, sempre prontos a concordar com argumentos, ou a refutá-los. Por isso, o discurso precisa estar direcionado à apresentação de um objetivo maior, como a defesa de um projeto de lei, a rejeição de uma medida provisória ou a construção de uma hidrelétrica, por exemplo.

Seguem dois exemplos:

a) (...) nestes corredores, nestas Comissões, neste Plenário do Senado Federal, há pegadas de um homem honesto, probo e humilde, há pegadas de um homem sábio e ético, que ficarão como referência permanente para quem desejar trilhar o caminho da política pelo povo, para o povo, pelo Brasil e para a Nação. Muito obrigado!

b) (...) esse comportamento equivocado de setores relevantes do Governo Federal precisa ser imediatamente superado, a qualquer custo. Deixar de fazê-lo é assumir o risco de agravar o quadro nacional e de onerar, pesadamente, a cota-parte que nos cabe em uma crise que é global; em uma crise da qual não poderemos fugir, indefinidamente. Muito obrigado pela atenção.

V – A CONSTRUÇÃO DE EXÓRDIOS

A título de ilustrarmos a teoria na prática, oferecemos aqui alguns exemplos de exórdios que podem ser adaptados a diversos temas e assuntos. A ideia é dar uma pista aos “discurseiros de primeira viagem” para irem gradativamente percebendo os artifícios da retórica até produzirem ou garimparem seus próprios exórdios sem qualquer auxílio. A parte em negrito é fixa, ou seja, serve como ponto de partida para diversos temas; a parte em itálico, por sua vez, é móvel e comporta o tema a ser tratado no discurso. O cuidado é para não perdermos a coerência e a coesão e sermos mal recebidos pela audiência ou pela banca.

1) **Sr. Presidente,**

O conhecimento humano funda-se sobretudo nas lições oferecidas pelos livros e pelo mundo dos doutos. Entretanto, não raro, a sabedoria popular nos traz reflexões e ensinamentos sobre a vida, em provérbios, ditos e ditados, que merecem atenção e credibilidade. (fixo)

Entre esses ensinamentos, destaque-se o de que não se pode tentar corrigir um erro cometendo outro (fixo). *A violência a que se lançam jovens assassinos ou crianças homicidas é um erro atroz, insanidade, mas a redução da idade penal se revela como um erro ainda pior* (móvel).

2) A democracia moderna, Senhor Presidente, conseguiu dar conta de um dos desafios mais difíceis para a organização política e social da sociedade e do Estado, porquanto estabeleceu como pressuposto básico o princípio de prevalência suprema da vontade da maioria.

Entretanto, como nos ensinou o jovem Tocqueville, em *A Democracia na América*, esse pressuposto, esse princípio básico das sociedades modernas, muitas vezes, inibe e oprime as minorias, porque, apesar de livres, não integram o grupo formador do poder. (fixo)

Com efeito, a proposta do nobre Senador X, pode contemplar o que parece ser o anseio da coletividade, mas, se aprovada, colocará em jogo as liberdades e garantias individuais asseguradas na Carta Magna, aí incluso o direito das minorias... (móvel)

3) Senhor Presidente, a Carta Magna de 1988 – ou a Constituição Cidadã, como a chamava o saudoso Deputado Ulysses Guimarães – conferiu ao Congresso Nacional, à Câmara e ao Senado, não só o poder legiferante, mas também o fiscalizador.

Sem dúvida, esses são os papéis mais relevantes que nós, como representantes do povo e dos Estados da Federação, temos a desempenhar no Parlamento.

Mas há, decerto, tarefa que nos parece de igual importância às duas Casas Legislativas: somos foro de debate das questões regionais, nacionais e internacionais, que atingem tanto o plano coletivo quanto o individual. (fixo)

Por isso, entendemos que, no atual quadro de crise na Zona do Euro, esta Casa, assim como a Câmara, tem o dever de debater o problema e oferecer soluções tangíveis para conseguirmos manter o desenvolvimento nacional e o crescimento do PIB. (móvel)

4) Estamos inquietos... preocupados e alarmados, Senhor Presidente, com dados publicados recentemente por instituição do mais alto respeito e credibilidade: _____.

Estamos chocados e pensativos diante de revelação estupefacente: (fixo)
mulheres que cometem aborto em países onde inexiste a legalização dessa prática têm 275 vezes a mais de chance de morrer do que em países onde o aborto é legalizado. Por isso, sem qualquer dúvida ou hesitação, o Brasil precisa rever a legislação que regula esse tema. (móvel)

5) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, por vezes, quando subimos a esta Tribuna da Casa de Rui Barbosa, é, lamentavelmente, para denunciar, criticar ou dizer de algum episódio que nos entristece. (fixo)

Mas, hoje, é motivo de alegria e júbilo reconhecer que o Brasil tem conseguido retirar milhares de famílias da miséria e da pobreza absoluta ao longo dos últimos anos. (móvel)

6) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, não é do nosso feito ser um crítico contumaz do Governo, ficar tentando transformar picuinhas em fatos políticos. (fixo)

Mas, desde o primeiro momento em que nosso partido decidiu compor (fixo) a base governista (móvel), reafirmamos nossa independência e autonomia, para aplaudir o que fosse para aplaudir e criticar o que fosse para criticar. (fixo) Por isso, sentimo-nos à vontade para dizer da necessidade urgente e inadiável de se fazer uma faxina nos ministérios. (móvel)

VI – DESENVOLVIMENTO E FIGURAS DE RETÓRICA

Não existe discurso sem emoção, sem estética e sem convencimento. Por isso é de fundamental importância desenvolver o recurso de inserir deliberadamente algumas figuras de retórica ao longo do discurso ou no corpo do texto que pretendemos tomar como base para a produção do discurso.

Talvez, por isso, haja a tendência de vermos os grandes oradores mais como artistas que como – digamos – técnicos das palavras, embora o bom texto seja resultado mais de persistente garimpo e exploração do léxico e da fraseologia que da pura inspiração.

Sempre é bom pensar que a ideia é como andorinha: sozinha não faz o discurso, porque precisa do verbo, do substantivo, do conectivo, da fraseologia e da gramática para se transformar em texto.

Então, quem deseja seguir pela trilha da elaboração de discurso precisa desenvolver-se no trato com o idioma, dominar as diferentes estruturas frasais da coordenação e da subordinação, bem como ganhar sensibilidade para saber o momento de inserir uma figura de linguagem, usar uma estratégia da retórica.

Na prática, costumo dizer aos alunos para colocarem pelo menos um desses artifícios em cada um ou dois parágrafos. Ou seja, se afirmamos alguma coisa, apresentamos no máximo dois argumentos de sustentação, para, no terceiro movimento, utilizar uma anáfora, ou vice-versa, por exemplo.

Vejamos alguns exemplos:

- 1) A redução da idade penal deve ser adotada no Brasil, porque é uma forma de coibir a delinquência juvenil e o crescente número de crimes, muitas vezes, hediondos, cometidos por adolescentes (argumento). A sociedade não pode se calar diante desses absurdos, porque quem cala consente; quem cala permite (retórica).
- 2) A redução da idade penal não deve ser adotada no Brasil sob qualquer hipótese (argumento), porque não combate a origem do problema, não corta o mal pela raiz (retórica).
- 3) O sistema de cotas para negros e afrodescendentes terem acesso ao ensino superior nas universidades públicas brasileiras deve ser adotado, porque se trata de uma forma de reparação dos prejuízos sofridos durante a escravidão (argumento). O Estado que resgata os erros do passado acerta no presente e consolida o futuro da democracia e da República, tão caros ao Brasil (retórica).
- 4) Que os negros sofreram as agruras da escravidão não se pode negar. Mas não se pode negar tampouco que, ao longo da história, nossa sociedade sofreu amplo

processo de miscigenação. Quem é negro? Quem é branco? Quem é mulato? São perguntas de difícil resposta (retórica). Por isso o sistema de cotas para afrodescendentes terem acesso às universidades públicas brasileiras não deve prosperar (argumento).

Esses exemplos ilustram a característica maior do discurso, por meio da qual o interlocutor mantém a atenção da audiência, reafirma convicções e conquista apoio. Se despedido das figuras de linguagem, o discurso perde força e aproxima-se em demasia do texto argumentativo das dissertações acadêmicas ou técnicas.

Adquirir o domínio das figuras de linguagem é, portanto, qualidade indispensável a quem se lança ao desafio de produzir discursos. O discurso, do nosso ponto de vista, precisa trazer bons e defensáveis argumentos, mas são as figuras de linguagem que dão a estes a força desejada pelo orador e esperada, como qualidade do discurso, pela plateia.

Cabe lembrar a importância de frases que, isoladas ou não, sintetizam e reforçam o pensamento do orador, tais como a famosa "*We have a dream...*", de Martin Luther King. Seguem alguns exemplos:

Esta medida é inoportuna e inconsequente!

Votamos, não!

Votamos em favor do Brasil e do povo brasileiro!

O trem bala é inviável, inoportuno e inoperante!

A Ferrovia Leste-Oeste é uma necessidade imperiosa e inadiável!

Vejamos, também, alguns exemplos de figuras de linguagem:

a) Anáfora, a repetição de uma ou mais palavras no início de diferentes frases: não quero, não posso, não devo; estamos inquietos, estamos preocupados,

estamos alarmados; o povo está atirado à própria sorte, atirado ao próprio destino.

b) Antítese, colocação lado a lado, de ideias opostas: Quem matou Monsenhor Romero? A injustiça o matou porque ele queria justiça; o ódio o matou porque ele queria o amor; a mentira o matou porque ele queria a verdade (Mattoso Câmara). Quero dizer a verdade, porque não tolero a mentira; quero defender a democracia, porque não me submeto à tirania.

c) Apóstrofe, invocação ou interpelação de um ouvinte, ou leitor da mensagem, ou ainda invocação de pessoas ausentes: E nós, Senhor Presidente, o que devemos fazer? Esta Casa, Senhoras e Senhores Deputados, não pode, nem deve aprovar a legalização irrestrita do aborto; O saudoso Deputado San Tiago Dantas, decerto, veria realizado o sonho da democracia no processo eleitoral vivido pelo Brasil de hoje.

d) Clímax ou gradação, sequência de palavras cujo significado vai-se intensificando ou diminuindo gradativamente: A violência oprime, ameaça, tira a liberdade do povo; A droga é estrada sem fim, deserta, horrenda e nua; a fraternidade abraça, acolhe e acalanta o próximo.

e) Disfemismo, expressão de uma ideia de forma brutal: precisamos dar um coice na violência tão forte quanto ela mesma; nossos computadores eram carroças, nossos carros eram calhambeques, mas eram nossos, produzidos aqui.

f) Hipérbole, exagero proposital das coisas: instituição da mais alta credibilidade; se aprovarmos esta lei, vamos chorar pelo resto de nossas vidas.

VII – CONCLUSÃO

Nosso desejo é que este artigo possa ter trazido a assessores parlamentares e consultores legislativos alguns elementos facilitadores da elaboração de discursos.

Esperamos, também, que a síntese apresentada possa servir de estímulo para o aprofundamento do estudo sobre a arte da retórica e a análise do discurso.

Os leitores que desejarem conhecer mais exemplos de discursos podem adquirir o livro *Discursos Parlamentares: Estratégias para Concursos*, bem como consultar os anais das casas legislativas para pesquisar os discursos de parlamentares que se notabilizaram pela oratória.

Sempre é bom lembrar que, ao proferir um discurso, o parlamentar escreve a história da sociedade de seu tempo e permite às gerações futuras entender e compreender a cena política do passado.

VIII – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Antônio Suárez. A Arte de Argumentar: Gerenciando Razão e Emoção. Ateliê Editorial, São Paulo, 2012.
- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1987.
- BUSCAGLIA, Leo. Vivendo Amando e Aprendendo. Nova Era; Rio de Janeiro, 1982.
- CAVALCANTE, João Trindade. A língua de Bolso: Dicas de Português para todas as Ocasões. Editora Gran Cursos, Brasília, 2010.
- CARVALHO, Sérgio Waldeck e PAIVA Mozart Viana de. Português Treinamento. Brasília, Gráfica e Editora, 1993.
- CARVALHO, Sérgio Waldeck e SOUZA. Luiz Marques. Compreensão e Produção de Textos. Rio de Janeiro, Vozes, 1995.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. Vocabulário Ortográfico Nova Fronteira da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1983.
- CUNHA, Celso. Gramática do Português Contemporâneo: Edição de Bolso. Lexikon Editora Digital, Rio de Janeiro, 2007.
- DUALIBI, Roberto. Dualibi das Citações. São Paulo, ARX, 2000.
- FARACO e MOURA, Gramática. São Paulo, Editora Ática S.A., 1990.
- FAULSTICH, Enilde L. de Jesus. Como ler Entender e Redigir um Texto. Petrópolis, Ática, 1988.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário da Língua Portuguesa, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989.
- GARCIA, Othon M. Comunicação em Prosa Moderna. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1992.
- GAYER, Ieda Redação Parlamentar. Brasília, Thesaurus
- KURY, Adriano da Gama. Ortografia Pontuação e Crase. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1985.
- LEITÃO, Everardo. Técnicas da Redação Criativa. Brasília, 1992.
- LOPES, João Antunes. Dicionários de Verbos Conjugados. Porto, Lello e Irmão – Editores, 1987.
- Manual de elaboração de textos / Apresentação de Dirceu Teixeira de Matos. — Brasília: Senado Federal, Consultoria legislativa, 1999. Manual de redação. — Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004.
- MATTOSO, J. Camara Jr., Manual de Expressão Oral e Escrita. 4. ed. Petrópolis: Vozes LTDA, 1977.
- MENDES, Gilmar Ferreira (Presidente da Comissão Encarregada). Manual da Presidência da República. Brasília, Imprensa Nacional, 1991 e 2002.

- O'CONNOR, Joseph. Manual de Programação Neurolinguística – PNL – um Guia Prático para Alcançar os Resultados que Você Quer. Rio de Janeiro, Qualitymark, 2003.
- SIMÕES, Orivaldo e outros. Manual de Elaboração de Textos legislativos da Câmara legislativa do Distrito Federal, CLDF, 2004.
- PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina e outros. O Historiador e suas Fontes, Editora Contexto, 2015.
- RIBEIRO, Lair. O Sucesso não ocorre por acaso. São Paulo, Editora leitura Ltda., 2002.
- SANTOS, João Dino F. P. dos. Normalização de Empréstimos linguísticos. Brasília, 1992 – Dissertação de Mestrado.
- SANTOS, João Dino F. P. dos. "Joias do Texto Explícito". Interface, UnB, 1992.
- SANTOS, João Dino F. P. dos. "Videogame? Videogueime? Jogo de Vídeo?". Interface, UnB, 1993.
- SANTOS, João Dino F. P. dos. "Dicas de Redação" artigos diversos publicados no Jornal dos Concursos e Empregos, 2005.
- SANTOS, João Dino F. P. dos. Construção de Textos e Resumos – Estratégias. Apostila. 2005
- SANTOS, João Dino F. P. dos. Provas Discursivas: Estratégias, Brasília, Editora Gran Cursos, 2011, 1ª edição
- SOUZA, Francisco C. de e FILHO, Rubens Pantano, org. Vestibular da Unicamp – Provas Resolvidas. Campinas, Moandy, 1993, 3ª edição.